

## Coluna do Castelo

# Governo quer comando do Congresso em 1993

O senador Humberto Lucena, líder do PMDB, identifica na tentativa do governo de reunir em um bloco os senadores que o apóiam a intenção de conquistar no próximo ano a presidência do Senado, logo do Congresso, e assumir assim o comando da verdadeira constituinte que se incumbirá, a partir do plebiscito, de fazer a revisão constitucional. O regimento do Senado admite a equivalência de blocos a partidos e quem tiver a maioria, bloco ou partido, adquire o direito de fazer o presidente da Casa.

Atento à manobra, no entanto, o PMDB dispõe-se a oferecer resistência e a preservar para sua bancada de 27 senadores, a maior da Casa, a prerrogativa de comandar Senado e Congresso. Se o governo reunir num bloco os senadores do PFL, PRN, PTB e PDC teria 34 representantes, número que subiria a 38 se os 4 senadores do PDS concordassem também em integrar-se ao sistema. Assegura Lucena que já há conversas com Fernando Henrique Cardoso e outros para armar, em contraposição, o bloco de oposição, destinado a conter a ofensiva governista pela hegemonia.

O bloco da oposição somaria aos 27 senadores do PMDB, os 9 do PSDB, os 4 do PDT, 1 do PT e 1 do PSB, num total de 42. Isso eliminaria



qualquer veleidade do PFL de assumir no próximo ano o comando da nova constituinte que, possivelmente a partir de outubro, irá coman-

dar a adaptação da Constituição ao sistema parlamentarista de governo. Lucena declara que seu partido não quer a radicalização do processo e, em princípio, é contrário à formação de blocos.

A bipolarização, diz o senador, radicaliza o processo e é ruim, mas se o governo quer, não há como pensar que a oposição irá submeter-se ao seu projeto. Na Câmara, como se sabe, foi por iniciativa do governo que se impediu a formação do "bloquinho" dos quatro partidos médios, o qual iria reduzir a presença do PMDB no processo parlamentar. A solução foi satisfatória para governo e PMDB.

Quanto à eleição terça-feira do novo líder do PDS, o deputado Victor Faccioni declarou-nos, antes de viajar para o Rio Grande do Sul: "A indisposição do governo contra minha liderança se deu por causa da posição que tomei em defesa dos 147% aos aposentados e da cobrança insistente que fiz pela liberação do Crédito Educativo para os estudantes brasileiros carentes. Aí viram que eu não era comprável, manobrável e, inclusive, imexível."

## A consulta de João Calmon

Disse-me José Aparecido que transmitiu ao presidente Jânio Quadros a consulta de João Calmon sobre o pedido de tempo na televisão, feito por Carlos Lacerda, em 24 de agosto de 1961. O presidente disse-lhe que "não se pode combater conspiração com outra conspiração. Só com autoridade o governo se exerce". Assegurou-me que me falou sobre isso. Não me lembro. Pelo menos não o fez antes que, instruído pelo ministro da Justiça e já quase no cair da tarde, eu comunicasse a João Calmon a abstenção do governo quanto ao objeto da consulta. A instrução do ministro não contrasta, aliás, com a de-

cisão de Jânio referida por Aparecido.

Considero a palavra de Aparecido tanto mais quanto ela coincide com seu hábito de então de me falar sempre do seu dia-a-dia no governo. O de que me lembro mesmo é da movimentação, naquela véspera da renúncia, em seu gabinete, como sempre cheio de gente. Entre 7 e 8 horas da noite, o secretário particular ora conversava com o presidente pelo sistema interno ora ia ao gabinete de Jânio. Tratava-se da viagem do próprio Aparecido ao Rio, naquela noite, para, junto com João Agripino e outros, responder diretamente na televisão ao que dissesse Carlos Lacerda. Viagem que não foi feita.

## O último udenista

Escreve-me o ex-ministro da Justiça Oscar Corrêa: "Estou acabando de ler seu artigo sobre o *renascimento do PFL* e falando sobre Minas Gerais, por informações do ex-governador Francélino Pereira. Você se refere, então, a meu respeito — 'expressão política estadual, que continua no PFL, cujo último presidente foi o deputado Corrêa Filho'.

Por isso, este bilhete retificador: 1 — Fui (sempre) e sou (ainda) da UDN...; nunca me filiei a qualquer outro partido, nem sou do PFL. 2 —

'Expressão política estadual' é hoje meu filho Oscar Corrêa Júnior, que você conhece — por sua atuação no Congresso e na Constituinte — e que presidiu o PFL mineiro, tendo sido seu candidato a governador, vitorioso em memorável convenção do partido.

Os conterrâneos de Minas testemunharam as imensas dificuldades que enfrentou na campanha, e lhe reconheceram a mensagem nova, de liderança emergente, refletida na expressiva votação que obteve.

O abraço amigo de seu colega e admirador de mais de meio século."

Carlos Castello Branco